



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**INCLUSÃO ESCOLAR DENTRO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS**

DAYLANE DE JESUS RODRIGUES

Prof. Msc. Nadja Ramos de Ávila
Orientadora

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



BRASÍLIA/2011



DAYLANE DE JESUS RODRIGUES

INCLUSÃO ESCOLAR DENTRO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP - UAB/UnB

Orientador (a): Prof. MSc Nadja Ramos de Ávila

BRASÍLIA/2011

TERMO DE APROVAÇÃO

DAYLANE DE JESUS RODRIGUES

INCLUSÃO ESCOLAR DENTRO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Nadja Ramos de Ávila

NOME DO ORIENTADOR

Francisco Neylon de Souza Rodrigues

NOME DO EXAMINADOR

DAYLANE DE JESUS RODRIGUES

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha família que sempre me apoiou, estiveram presentes e acreditaram em meu potencial, me incentivando na busca de novas realizações.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar força interior e coragem para concluir este trabalho, pela perseverança de não desistir nunca e sempre me mostrar que sou capaz.

Agradeço ao meu marido Willis companheiro de todas as horas, que sempre me apoiou e me encorajou, aos meus filhos André e Daniel que são minhas riquezas, a minha mãe Elza que sempre acreditou em mim, aos meus irmãos Anderson e Desyree e ao meu sobrinho Marcos que sempre ocupará um lugar especial no meu coração.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concluir este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho pretende relatar os desafios enfrentados por alguns professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em uma escola Municipal localizada em Girassol, Município de Cocalzinho – GO, que vem recebendo um número considerável de alunos que apresentam necessidades educativas especiais. A Educação Inclusiva é um desafio constante, com muitas barreiras superadas e outras a serem alcançadas, desta forma tanto a escola como os professores devem rever suas ações. Através da pesquisa qualitativa considerou-se que a inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade, busca novos posicionamentos que implicam esforços de atualização e reestruturação das condições físicas e pedagógicas do ambiente escolar.

Palavras-chave: Inclusão, Educação de Jovens e Adultos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
1.1 A Educação de Jovens e Adultos no debate sobre a Inclusão Escolar.....	12
1.2 Trajetória histórica da Inclusão.....	13
1.3 O que é Inclusão.....	14
1.4 As visões da Inclusão.....	15
1.5 Trajetória da Inclusão na legislação.....	18
1.6 A Visão do professor em relação à inclusão.....	22
1.7 Princípios e necessidades gerais sobre a formação de professores no ensino especial.....	25
1.8 Perfil pedagógico-profissional do professor no ensino especial.....	27
II – OBJETIVOS	28
2.1 Objetivos gerais.....	28
2.2 Objetivos específicos.....	28
III – METODOLOGIA	29
3.1 Fundamentação teórica da metodologia.....	29
3.2 Contexto da pesquisa.....	29
3.3 Participantes.....	32
3.4 Materiais.....	32
3.5 Instrumentos de construção de dados.....	32
3.6 Procedimentos de construção de dados.....	33
3.7 Procedimentos de análise de dados.....	33
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	34

V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES.....	43

APRESENTAÇÃO

Nunca se falou tanto em inclusão escolar como nos dias atuais, a inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido, tem sido um movimento que têm gerado muita polêmica nos últimos tempos. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação - e assim diz a Constituição!

Mas, se no ensino regular trabalhar com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais já é um desafio, o que podemos dizer sobre este trabalho ser realizado em uma turma de educação de jovens e adultos?

Neste sentido é necessário que se entenda primeiramente o que realmente é inclusão e como ela tem sido trabalhada no decorrer do tempo. Segundo o dicionário Aurélio (1993) incluir (inclusão) é o mesmo que compreender, que por sua vez quer dizer entender, alcançar com a inteligência. Talvez os que tentam suprimir o direito de inclusão/compreensão aos deficientes não estejam “alcançando com a inteligência” a importância desta inclusão, não só para os deficientes, mas também para os ditos “normais”.

A escolha desse tema justifica-se pelo fato da pesquisadora ter se sensibilizado com a não aceitação da integração de indivíduos considerados diferentes num grupo social e por acompanhar o desenvolvimento e as dificuldades dos alunos de uma turma do I Período 4º Semestre da Educação de Jovens e Adultos no Distrito de Girassol – Cocalzinho de Goiás no turno noturno, pois a limitação de uma pessoa não diminui seus direitos. Cabe a sociedade preparar-se para lidar com a diversidade humana. Uma sociedade aberta a todos e que estimule a participação de cada um, apreciando as diferenças e reconhecendo o potencial de cada ser humano. Dentro desta perspectiva, este trabalho pretende demonstrar a lacuna existente entre indivíduo e processo de conhecimento, por meio de um panorama a respeito das necessidades e dificuldades de aprendizagem; características de desenvolvimento e compreensão sobre os processos cognitivos, neurológicos, psicológico, afetivos, sociais, culturais e psicomotores deste sujeito na aprendizagem.

Em relação ao termo "necessidades educativas especiais" muito já foi feito no sentido de alterar nomenclaturas e mudar as ênfases - de "deficiente",

passamos para "portador de deficiência" e, mais recentemente, para "portador de necessidades educativas especiais", ou ainda, "pessoa com necessidades educativas especiais", sendo que esta última já passa por questionamentos, sendo sugerido que se utilize "aluno que apresenta necessidades educativas especiais".

Inevitavelmente observamos que as novas nomenclaturas talvez ajudem no sentido de apontar para novas ênfases. Acontece que mudar a forma de chamar essas pessoas não muda, necessariamente, nossa maneira de ver, de tratar, de educar e de inseri-los no meio educativo e social. A amplitude e a falta de precisão nas terminologias utilizadas, na maioria das vezes, mais confundem do que ajudam, principalmente pela falta de vontade política. Talvez com isso possamos fechar um ciclo entre a sociedade e a escola, que é o primeiro degrau para a amplitude da igualdade social.

Entretanto, a terminologia carrega um sentido, que é construído socialmente e que define posturas, entendimentos e ações práticas.

A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida [...] O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. (Bakhtin, 1986, p.95;106).

Para se abordar amplamente assuntos que se referem ao contexto relacionado a temas ligados à inclusão é necessário verificar tudo, desde o surgimento, origem histórica, onde têm ocorrido várias mudanças e adequações, como nos momentos empíricos, vivenciados em sala de aula. Apesar de todos os problemas, tropeços e dificuldades, a educação inclusiva vem atingindo um alto nível quanto ao atendimento às crianças portadoras de necessidades educacionais especiais, principalmente na cidade de Girassol, município de Cocalzinho no estado de Goiás, onde se concentra o foco principal desta pesquisa. Demonstrando assim, como os desníveis sociais e familiares podem ser vistos como fatores de risco no desenvolvimento educacional dos alunos. Desta forma, foram realizadas entrevistas

com os professores, onde foram investigadas as metodologias utilizadas para minimizar as dificuldades de aprendizagens de seus alunos.

É importante citar que este trabalho monográfico foi dividido em três capítulos: o primeiro consiste na introdução, ou seja, a trajetória da inclusão, abordando alguns tópicos como o que é inclusão, um resgate histórico através dos tempos; o segundo nos mostra alguns conceitos, avanços e as visões da inclusão, bem como a trajetória da inclusão na legislação; e por fim, os avanços e limites da inclusão em uma escola municipal na cidade de Girassol, no município de Cocalzinho – GO e a visão do professor em relação à inclusão, ressaltando um pouco sobre os princípios e necessidades gerais sobre a formação de professores do ensino especial e o perfil pedagógico-profissional do professor do ensino especial.

I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A Educação de Jovens e Adultos no debate sobre a inclusão escolar

No decorrer da história, convivemos com um grande número de pessoas que convivem ou já conviveram com o problema da dificuldade de acesso a educação escolar ou a descontinuidade dos estudos. Neste sentido, apoiados em Cury (2000) notamos que a Educação de Jovens e Adultos “representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à educação”.

Desta forma a Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem sofrido intensas mudanças, não somente em relação às práticas desenvolvidas no sentido de responder as demandas sociais, mas, também nos aspectos conceituais, que juntos se reorganizam produzindo novos sentidos.

No Município de Cocalzinho, embora não existam números oficiais publicados, o aumento de matrículas de Jovens e Adultos com deficiências na EJA tem sofrido acréscimos significativos. Desta forma nos deparamos com as dificuldades e o despreparo dos professores diante das especificidades desses alunos que é um fator preponderante.

Devemos lembrar que os professores são aqueles que direcionam o cotidiano da educação, é notadamente importante perceber a diversificação das condições de trabalho, que muitas vezes não são favoráveis, para que o profissional na educação venha a desempenhar uma melhor contribuição, neste sentido, ainda assim devemos salientar a importância da participação desses profissionais, principalmente na implantação de novas políticas para a um melhor desempenho de diretrizes aos alunos. Ouvindo esses profissionais poderemos compreender a complexidade dos novos desafios implicados no nosso cotidiano. Essa busca para solucionarmos os entraves encontrados na educação desses alunos, não pode ser extremista ao ponto de percebermos que nunca poderemos sanar todas as dificuldades de forma radical direcionada a cada indivíduo, sabendo que a cada descoberta, haverá novos desafios, e que talvez não teremos a solução imediata, mas sim a cada convivência e interação de alunos professores e sociedade. (SACRISTÁN, 2002 apud JESUS 2006).

Acreditamos que a formação continuada de professores, do ponto de vista da inclusão dos alunos na escola e sociedade, equilibra uma forma de elevação e consistência na qualidade do atendimento aos alunos, através das experiências vividas e adquiridas diante do tempo dos profissionais na área educativa. Esse conjunto de crenças pode alterar e construir novas diretrizes capaz de renovar novas competências na sociedade em questão. (NÓVOA, 1997).

Alarcão (2004) refere-se ao projeto educativo, informando que ele surge como uma escada para construção da independência da escola, e se engloba como um processo capaz de progredir em conhecimento e de mudanças estruturais de representações de práticas de indivíduos que pode ter como conseqüência uma elevação e um novo entendimento pedagógico.

Existem diversidades inseridas nas relações de pessoas especiais que deixam marcas em relação ao mundo em torno dele, essas dificuldades muitas vezes os fazem se sentirem inúteis por não conseguirem ser inseridos na sociedade. A luta é diária. Seus esforços para ampliar suas possibilidades de participação na sociedade através da escola e do meio que os cercam, nos causa interesse de compreender o campo intelectual de cada aluno especial, esse processo de compreensão pode ser melhor desenvolvido na escola por meio de profissionais competentes que tenham o interesse de investigar e instigar cada aluno a uma elevação social para que as possibilidades de aceitação a cada dia seja mais tênue. (Carvalho, 2006, 2004).

1.2 Trajetória Histórica da Inclusão

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode-se constatar que, até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas.

Segundo Mazzotta (2003, p. 16), o conceito de diferenças individuais não era compreendido ou avaliado. "As noções de democracia e igualdade eram ainda meras centelhas na imaginação de alguns indivíduos criadores". Assim, somente

quando o "clima social" apresentou as condições favoráveis é que determinadas pessoas, despontaram como líderes da sociedade em que viviam, para sensibilizar, propor e organizar medidas para o atendimento as pessoas portadoras de deficiência.

Na visão desse autor, esses líderes, enquanto representantes dos interesses e necessidades das pessoas portadoras de deficiência, ou com elas identificados, abriram espaços nas várias áreas da vida social para a construção de conhecimentos e alternativas de atuação com vistas a melhoria das condições de vida de tais pessoas.

Conforme Mazzotta (2003, p. 17), foi principalmente na Europa que os primeiros movimentos pelo atendimento dos deficientes, refletindo mudanças na atitude dos grupos sociais, se concretizaram em medidas educacionais. Tais medidas educacionais foram expandindo, tendo sido primeiramente levadas para os Estados Unidos e Canadá, e posteriormente para outros países, inclusive o Brasil e uma investigação sobre estas medidas, mostra que até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia de Assistência Social. Algumas dessas expressões ainda hoje são utilizadas.

1.3 O que é Inclusão

A chamada Educação Inclusiva teve início nos Estados Unidos através da lei Pública 94. 142, de 1975 e, atualmente, já se encontra na sua segunda década de implementação. Lembramos que a finalidade da inclusão é a de que pessoas com necessidades especiais busquem seu desenvolvimento para poder exercer sua cidadania, porém, o pré-requisito para alcançar este objetivo é a modificação da sociedade.

A integração na escola só acontece quando pensamos em um projeto educacional para cada candidato à inclusão, desde a avaliação das competências, até uma reestruturação do projeto da escola. A educação inclusiva é o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino em todos os seus graus. Na escola

inclusiva o processo educativo é entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. O alvo a ser alcançado é integração da criança portadora de deficiência na comunidade, portanto tem como objetivo fazer com que as crianças atinjam o seu potencial máximo. O processo deverá ser dosado às necessidades de cada criança.

Gradativamente a escola inclusiva deverá criar uma rede de suporte para superação das suas maiores dificuldades, visando o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Para que esse processo venha se concretizar, os participantes da escola inclusiva deverão procurar dar continuidade aos seus estudos, aprofundando-os e conscientizando que incluir é:

- Atender aos estudantes portadores de necessidades especiais na vizinhança da sua residência;
- Propiciar a ampliação do acesso destes alunos às classes comuns;
- Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.

Nessa perspectiva, o processo de inclusão se refere a um processo educacional que visa estender ao máximo a capacidade da criança portadora de deficiência na escola e na classe regular. Envolve fornecer o suporte de serviços da área de Educação Especial através dos seus profissionais. A inclusão é um processo constante que precisa ser continuamente revisto.

1.4 As visões de inclusão

Para que a escola possa ser proclamada como espaço inclusivo, é necessário abandonar a condição de instituição burocrática, aquela que cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal, precisa assumir uma posição decisiva, ajustando o seu contexto real e respondendo aos desafios que lhe são apresentados. O espaço escolar, hoje, deve ser considerado um espaço de todos para todos (GOFFREDO, 1999).

Neste aspecto, entende-se que o primeiro passo para a escola se tornar inclusiva é reconhecer e aceitar as diferenças individuais, visto que as necessidades

educacionais especiais requerem outras estratégias de ensino e aprendizagem que diferem das que normalmente são usadas com os alunos em geral. É importante que se esclareça que o ensino com níveis diferenciados parte do princípio de que todos podem aprender, embora alguns alunos possam necessitar de apoio adicional ou algumas adaptações para ter sucesso.

A inclusão na perspectiva de um ensino de qualidade exige da escola novos posicionamentos. Entende-se que não basta colocar o aluno na sala de aula regular, é necessário oferecer a ele atividades significativas capazes de promover o seu desenvolvimento e remover as barreiras a seu acesso e sua participação na aprendizagem e na sociedade. Neste sentido, cabe a escola buscar alternativas que garantam o acesso e a permanência de todos os indivíduos no seu interior. Dessa forma, a inclusão significa que não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas a escola consciente do seu papel coloca-se à disposição do seu aluno. Reafirmando o exposto, recorre-se a Goffredo (1999, p. 49), quando diz que:

A escola, entretanto, existe em função do aluno. O aluno ingressa nela para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar crítica e produtivamente na sociedade. Se isso não ocorre, a escola não está cumprindo a sua função. O sucesso dos alunos não pode depender de sua capacidade de se adaptar aos códigos existentes dentro dela. Essa é a caracterização da cultura do fracasso.

Neste processo inclusivo, muitas questões devem ser consideradas. Fatores como formação e dedicação dos professores, apoio especializado para os que necessitam dele, espaço físico estruturado, preparação da comunidade escolar, realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, enfim, diversas situações relacionadas à permanência desse aluno dentro da sala de aula regular.

Segundo Fonseca (1995, p. 222) a educação especial é um campo complicado, que não pode ser tratado em termos de métodos pedagógicos. Muitos dos problemas da educação especial não podem ser só solucionados pela educação ou pela pedagogia. Não se pode continuar a ver os problemas de cabeça para baixo,

exatamente porque se centram as questões na criança deficiente. A problemática da educação especial não pode ser estudada só no sistema educacional ou só nas dificuldades da criança ou no seu envolvimento familiar. A análise da situação precisa passar pelos problemas sociais e pelo tipo de vida que se preserva. Não serão talvez a sociedade e a escola que estão deficientes?

Para o autor a educação especial deve encarar a criança como um todo, em que não só as matérias escolares contam. Sabemos que toda a educação deveria ser assim dimensionada. Só que o peso da inércia aqui se complica a vários níveis. Não se pode esquecer que cabe à escola a responsabilidade do desenvolvimento social e emocional da criança. Será que a formação dos professores entre nós tem equacionado o problema? Provavelmente, não. A escola tem estado mais concentrada nos problemas metodológicos e técnicos que põem, sobretudo em jogo, as áreas fracas da criança. A Educação Especial, ao contrário, tem de concentrar nas áreas fortes da criança, e explorá-las sem limites. A Educação Especial começa pelo perfil de capacidades e integridades da criança.

Interessa analisar aquilo que a criança pode fazer e a partir daí construir situações que garantam, passo a passo e de sucesso em sucesso, o esforço das suas possibilidades criativas. Portanto, Fonseca (1995, p. 223) cita que:

Nos nossos dias toda a educação deve ser especial porque lida com crianças especiais. Toda criança é especial, é única. Toda a criança aprende de uma forma especial, exigindo também professores especiais.

Para que a inclusão seja efetuada, precisamos de um fio condutor integrativo para articular o sujeito e o grupo. Não só trabalhar a diversidade em sala de aula, mas em toda a escola. É necessário também, maturidade profissional de todo o grupo na busca de um trabalho efetivo, com capacidade de desenvolver recursos próprios para lidar com a frustração das possibilidades de insucessos. Todos os funcionários da escola devem conhecer como o aluno aprende, suficientemente bem, para atendê-los nas diversas situações do cotidiano escolar.

O processo de inclusão pode ser uma verdadeira relação ensino-aprendizagem, uma relação circular e não linear, na qual cada indivíduo ora é chamado aprendiz, ora é chamado ensinante.

1.5 Trajetória da Inclusão na Legislação

A Inclusão da "Educação de Deficiente" na política educacional brasileira vem ocorrer no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por Dom Pedro II, que fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

Na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, em 1961, vigorava as primeiras leis dos dois artigos 88 e 89 referentes à educação dos excepcionais, garantindo a educação e objetivando a integração das pessoas com necessidades especiais a sociedade.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 208, inciso III põe em prática os mesmos princípios garantidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Cabendo aos municípios mapear as necessidades dos seus cidadãos, planejando e implementando os recursos e serviços que forem necessários para atender a todas as necessidades em todas as áreas de atenção pública.

Mais tarde, ao período de 1957 a 1993 aconteceram as iniciativas oficiais de âmbito nacional, as quais afirmaram que o atendimento educacional ao excepcional foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo Governo Federal, com a criação de Campanhas especificamente voltadas para este fim. Em 1994, a Declaração de Salamanca fruto da Declaração Universal dos Direitos humanos torna-se um grande marco na inclusão sobre as necessidades educativas especiais, reafirmando o direito de todos à educação, independentemente de suas diferenças. A educação para pessoas com necessidades especiais é parte integrante do ensino educativo passando a ter atenção especial aos alunos com necessidades especiais.

É importante mencionar, que a Declaração de Salamanca teve grande repercussão internacional e importância imensurável para o avanço nas

perspectivas educacionais de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO, em Salamanca (Espanha), em julho de 1994, reuniu delegados de 92 governos e 25 organizações internacionais.

Pela presente Declaração, foi reafirmado o compromisso para com a educação para todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. O objetivo desta conferência foi definir a política e inspirar a ação dos governos, de organizações não-governamentais e outras instituições na implementação da Declaração de Salamanca sobre princípios, políticos e práticas em Educação Especial.

A Declaração se dirige a todos os governantes que fazem parte da Organização das Nações Unidas a incitação: Dar prioridade a melhoria dos seus sistemas educativos, a todas as crianças independente de suas diferenças e dificuldades individuais, adotando uma política integradora, criando mecanismos centralizados e participativos de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças, adolescentes e adultos com necessidades educativas especiais e que a formação dos educadores tanto inicial quanto contínua estejam voltados para atender as necessidades educacionais especiais nas escolas integradoras, fazendo valer o que diz Werneck (2003, p. 23):

Incluir não é espalhar conhecimento, mas espalhar sensibilidade para manifestação do outro em nós. Inclusão requer reintegração e comunicação e pressupõe mudanças de velhas práticas. Na sociedade inclusiva ninguém é bonzinho. Cada cidadão é consciente da sua responsabilidade na construção de um mundo que dê oportunidade para todos.

Nestes termos, a escola inclusiva integra-se nesta perspectiva de escola aberta para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras, sendo o seu principal desafio desenvolver pedagogia centrada no aluno, pedagogia capaz de respeitar e aceitar a individualidade, as diferenças de cada um e aprender com elas, de modo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Em 1996, segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, lei nº 4394, de 20/12/1996 são compromissos do Poder Público: responsabilizar o município, formalizar decisões políticas e desenvolver os caminhos para implementação em sua realidade sócio-gráfica á educação infantil e fundamental.

Nesse compromisso ou "Comprometimento" dos Poderes Públicos com a iniciativa privada não fica esclarecida a condição de ocorrência da educação de excepcionais; se por serviços especializados ou comuns, se no "Sistema Geral de Educação" ou fora dele.

Segundo Góes (2002, p. 54) a respeito do entendimento sobre a educação escolar, é oportuno lembrar que, além do que as pesquisas têm revelado, os próprios documentos e normas oficiais transmitem uma visão que parece passar ao largo do conhecimento produzido e acumulado nos últimos anos no Brasil. É importante que se diga que o desconhecimento da função da escola, particularmente do ensino fundamental, tem sido apontado como uma forte razão para tantos desacertos na educação brasileira. Com sua identidade desfigurada ou diluída, a educação obrigatória no Brasil tem sido interpretada para Góes (2002, p. 55):

Ora como simples política de proteção social numa perspectiva assistencializada, ora apenas como processo de formação de consciência numa perspectiva ideologizante; ora como uma vaga preparação para a vida, sem objetivar o que seria essa preparação. É preciso de vez por todas entender que a função principal da escola é ensinar e que, portanto, o resultado que dela deve ser esperado, avaliado e cobrado é a aprendizagem do aluno.

Nos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal) têm sido constantes as dificuldades dos legisladores e educadores para uma definição clara e precisa do atendimento educacional dos portadores de deficiência. Tal situação, em grande parte, decorre das próprias circunstâncias que marcam a evolução desse atendimento. Assim, é importante lembrar que a ação social para a organização do atendimento aos portadores de necessidades especiais, teve de início um caráter assistencial, buscando proporcionar-lhes algum conforto e bem-estar. A seguir, surgiram medidas preventivas e curativas que acabaram por conduzir o atendimento educacional em organizações assistenciais e terapêuticas.

Resta, ainda, assinalar que, além da ação governamental estadual, em termos de política educacional, não se pode menosprezar, e tampouco ignorar, a expressiva atuação dos órgãos públicos federais (MEC) na prestação de apoio técnico e financeiro às instituições especializadas particulares. Esta é uma variável interveniente importantíssima para compreender a significação da Educação Especial.

É preciso não se perder de vista a importante observação de que são relativamente poucos os municípios brasileiros que contam, em sua rede de ensino, com recursos educacionais municipais apropriados para a educação dos alunos portadores de deficiência. Segundo Mazzotta (2003, p.184) de um modo ou de outro, a conscientização de uma educação de melhor qualidade para tais alunos depende, em grande parte de seu devido equacionamento nas políticas educacionais. Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1988 e das Constituições Estaduais de 1989, numerosos municípios têm-se responsabilizado pelo oferecimento de ensino pré-escolar, mantendo, para tanto, rede de ensino própria. Diversos são aqueles que mantêm, também, ensino fundamental contando com serviços e auxílios especiais em educação. Tal responsabilidade tem sido mais largamente assumida e cumprida pelos municípios.

Fica claro que na área da educação especial é dever do município oferecer aos alunos com necessidades especiais recursos profissionais e institucionais adequados para que eles desenvolvam seus potenciais como estudantes, pessoas e cidadãos, ninguém aprende quando não tem liberdade e não se vê valorizado globalmente. A inclusão exige uma transformação da escola, defende com quaisquer déficits e necessidades, exigindo rupturas no sistema educacional, cabendo à escola se adaptar às necessidades dos alunos e não os alunos se adaptarem ao modelo da escola.

Esta nova realidade tem possibilitado a participação ativa de um número cada vez maior de portadores de deficiência nas situações comuns da vida, inclusive na educação. Tal política nacional não se define necessariamente por um documento oficial específico, a não ser que se entenda a Educação Especial como parte da política educacional geral.

1.6 – A visão do professor em relação à inclusão.

Na visão dos educadores, a inclusão de pessoas com deficiência em classes regulares é uma prática que vem se arraigando fortemente nos últimos anos, considerando as inúmeras situações de diversidade, bem como, as dificuldades encontradas pelos professores frente ao processo inclusivo, pois a ele é atribuída à responsabilidade em sala de aula.

Segundo Mazzotta (2003, p.185) o discurso acerca da inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou uma realidade já dada. A educação destas pessoas tem sido objeto de inquietações e constitui um sistema paralelo de instituições e serviços especializados no qual a inclusão desponta com um ideal utópico e inviável.

Na visão do autor, para a educação, o sujeito com deficiência é um “aluno especial”, cujas necessidades específicas demandam recursos, equipamentos e níveis de especialização definidos de acordo com a condição física, sensorial ou mental. É daí que surgem as seguintes questões por parte dos professores: Como incluir um aluno com deficiência numa classe de trinta alunos ou mais? Como trabalhar com esse aluno nas suas especificidades, sem ter habilitação especial?

Portanto Mazzota (2003) acrescenta ainda que os professores do ensino regular ressaltam, entre outros fatores, a dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar “alunos especiais” ou diferentes. Os professores da educação especial também não se sentem preparados para trabalhar com a diversidade do alunado, com a complexidade e amplitude dos processos de ensino aprendizagem. A formação destes profissionais caracteriza-se pela qualificação ou habilitação específicas, obtidas por meio de cursos de pedagogia ou de alternativas de formação agenciadas por instituições especializadas. Nestes cursos, estágios ou capacitação profissional, esses especialistas aprenderam a lidar

com métodos, técnicas, diagnósticos e outras questões centradas na especificidade de uma determinada deficiência, o que delimita suas possibilidades de atuação.

Além disso, constata-se o receio, a insegurança e a resistência dos pais que preferem manter os filhos em instituições especializadas, temerosos de que sejam discriminados e estigmatizados no ensino regular. Muitos deles desistem por ouvirem tantas vezes que não há vaga para o seu filho na escola ou que o melhor para ele é uma escola especial. Tais observações podem parecer pouco otimistas, e talvez o sejam, por representarem a perspectiva de quem tem a experiência da exclusão atravessada nas cenas do cotidiano e nos descaminhos da própria existência.

Nesta linha de pensamento, Fonseca (1995, p.123) afirma que para os professores, o problema é que a inclusão é entendida de uma maneira sensivelmente diferente pelos responsáveis da instituição escolar e pelos interessados, isto é, aqueles que deverão inserir em sua classe os indivíduos diferentes e em quem a integração provocam reações variadas. Quanto mais aberto for o sistema de ensino, isto é, quanto mais favorecer as trocas, não só entre seus membros, mas também com seu exterior, mais ele permitirá aos elementos que o compõem evoluírem e desenvolverem-se. A formação profissional deve ser entendida não como uma soma de conhecimentos formais, mas sim em termos de desenvolvimento da pessoa, isto é, de comunicações humanas.

Difícilmente, consegue-se abordar estas realidades sem exaltações ou animosidades, pois o tema inclusão tem suscitado debates calorosos que trazem em seu teor concepções divergentes e acentuam o antagonismo entre educação especial e inclusiva. Deparamos com argumentos que se justificam pela análise do óbvio, ou seja, pela explicitação das dificuldades e limitações vivenciadas no contexto do sistema escolar e no ambiente da sala de aula.

Para Fonseca (1995) esta realidade caótica evidencia um confronto de tendências opostas entre os adeptos da educação inclusiva e os defensores da educação especial. Por outro lado, constatamos uma inegável mudança de postura, de concepções e atitudes por parte de educadores, pesquisadores, de agentes sociais, formadores de opinião e do público em geral. Estas mudanças se traduzem

na incorporação das diferenças como atributos naturais da humanidade, no reconhecimento e na afirmação de direitos, na abertura para inovações no campo teórico-prático e na assimilação de valores, princípios e metas a serem alcançadas.

Trata-se, portanto, de propor ações e medidas que visem assegurar os direitos conquistados, a melhoria da qualidade da educação, o investimento em uma ampla formação de educadores, a remoção de barreiras físicas e atitudinais, a previsão e a provisão de recursos materiais e humanos entre outras possibilidades. Nesta perspectiva se potencializa um movimento de transformação da realidade para se conseguir reverter o percurso de exclusão de crianças, jovens e adultos com ou sem deficiência no sistema educacional. Portanto Mazzota (2003, p.74) cita que:

[...] todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças [...] as crianças com necessidades educacionais especiais devem receber todo apoio adicional necessário para garantir uma educação eficaz.

Em nossa sociedade, ainda há momentos de séria rejeição ao outro, ao diferente, impedindo-o de sentir-se, de perceber-se e de respeitar-se como pessoa. A dignidade humana não permite que se faça esse tipo de discriminação. Ao contrário, exige que os direitos de igualdade de oportunidades sejam respeitados. O respeito a dignidade da qual está revestido todo ser humano impõe-se portanto, como base e valor fundamental de todo estudo e ações práticas direcionadas ao atendimento dos alunos que apresentam necessidades especiais, independentemente da forma em que tal necessidade se manifeste.

Para o autor essa reflexão favorece o encontro das possibilidades, das capacidades de que cada um é dotado, facilitando a verdadeira inclusão. A interdependência de cada face desse prisma possibilitará a abertura do indivíduo para com o outro, decorrente da aceitação da condição humana. Aproximando-se, assim, as duas realidades – a sua e do outro – visualiza-se a possibilidade de interação e extensão de si mesmo. Como exemplo dessa afirmativa, pode-se registrar o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar. Se cada criança ou jovem brasileiro com necessidades educacionais especiais tiver acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como

necessários para o exercício da cidadania, estaremos dando um passo decisivo para a constituição de uma sociedade mais justa e solidária.

Operacionalizar a inclusão escolar - de modo que todos os alunos, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade – é o grande desafio a ser enfrentado, numa clara demonstração de respeito à diferença e compromisso com a promoção dos direitos humanos.

1.7 Princípios e necessidades gerais sobre a formação de Professores do ensino especial

A Educação Especial não pode continuar a ser refúgio dos professores menos qualificados, a única alternativa profissional por estar mais perto de casa ou uma opção profissional por razões de caridade e de compaixão. Para a educação especial deverão ser recrutados os professores e os técnicos mais competentes científica e pedagogicamente, na medida em que lhes vão ser exigidas capacidades para dar respostas a complexas necessidades, nomeadamente as seguintes: diagnóstico; planeamento curricular; metodologia pedagógica; competência técnica na utilização de vários processos de informação; administração; consulta; que lida com problemas educacionais, vocacionais, sociais e pessoais, envolvimento pessoal e tolerância; relações públicas, a fim de trabalhar em grupo com as autoridades e serviços e atender os pais, etc.

O professor da educação especial tem como funções profissionais um campo muito vasto e isso prova que o campo da educação especial não é fácil e exige uma intervenção competente e responsável, daí a necessidade de um certificado de pós-graduação ao nível de licenciatura. Os professores primários devem ser alertados para os sinais que possam perspectivar uma necessidade educacional especial e perceber a importância dos mesmos no desenrolar do processo de aprendizagem. Ao mesmo tempo, os professores deverão conhecer os serviços em nível local, regional e nacional, lidando com os pais e orientando-os em caso de necessidades.

Professores deficientes visuais, auditivos ou motores podem dar uma grande contribuição a formação de professores e na educação de crianças deficientes,

estimulando oficialmente a sua atividade pedagógica e científica. Ninguém pode ser classificado medicamente como inválido para ensinar, ainda mais com a atual tecnologia. A perspectiva de formação de professores de educação especial não pode ser exclusivamente centrada numa visão pedagógica ou ortopedagógica; ela não pode reduzir a importância dos fatores: socioculturais, neurobiológicos e psicoemocionais. O currículo de formação poderia necessariamente enquadrar todos os problemas inerentes à educação especial antes de equacionar qualquer especialização. A criação de módulos interdisciplinares é fundamental, ao se abordarem os problemas do desenvolvimento da aprendizagem, quer na criança não-deficiente, quer na criança deficiente.

Para Fonseca (1995, p. 224):

A formação dos professores tem de ser alicerçada numa informação coerente, numa experiência prática e numa procura científica rigorosa e metodologicamente dimensionada. Só dentro destas coordenadas pode nascer a compreensão das práticas educacionais e a superação dos tradicionais empirismos. Esta tarefa, como é óbvio, supõe implicitamente um conhecimento sério das leis e dos princípios derivados da investigação.

Os sistemas de levantamento de necessidades deverão partir das escolas propriamente ditas e dos seus professores para os centros de formação. Ao contrário, os sistemas de disseminação de recursos e conhecimentos deverão partir dos centros de formação para as escolas, mantendo em consequência, uma constante interação e colaboração. Assim, o modelo de formação se interligaria com um processo de inovação e de reforma efetiva de todo o sistema de ensino. Com um novo modelo de formação para professores, a escola passaria a dar respostas às suas necessidades, ajustando-se a todo o tipo de casos e produzindo, no seu seio, os seus próprios sistemas de suporte. Esta seria, num dado sentido, a verdadeira educação especial, tomando cada criança, deficiente ou não – deficiente, como um caso especial, tendo atenção às suas necessidades, às suas capacidades e os seus desejos, ou seja, o seu perfil intra – individual de aprendizagem.

1.8 Perfil pedagógico-profissional do professor do ensino especial

Trata-se de simples quadros da personalidade, que nos dão já uma visão de quem é que teremos de formar. Segundo Fonseca (1995, p. 230), o professor do ensino especial deve ter: auto-respeito, espontaneidade, sensibilidade, tolerância frustracional elevada, inteligência, estabilidade, atitude positiva perante crianças deficientes.

Quanto ao professor do ensino especial ele deve demonstrar capacidades:

- Para avaliar as necessidades educacionais específicas das crianças;
- Para planificar curricularmente as seqüências de aprendizagem;
- Para utilizar métodos pedagógicos reeducativos, bem como técnicas e materiais didáticos apropriados ao estilo de aprendizagem das crianças;
- Para criar recursos pedagógicos, geri-los e administrá-los adequadamente;
- Para realizar avaliações contínuas (pré-programadas);
- Para abordar e integrar os pais e outros colegas no processo do progresso educacional das crianças, etc.

O professor do ensino especial pode, portanto, assumir múltiplas funções. Funções de consultor, observador, coordenador, gestor de recursos pedagógicos, investigador de métodos de intervenção, avaliador de planos educacionais individualizados ou para pequenos grupos de crianças com diversos tipos de dificuldade, etc. Para se atingirem estes objetivos é necessário abordar, além de outros problemas, a questão dos conteúdos de formação básica e de formação especializada.

II – OBJETIVOS

2.1 Objetivos Gerais

Identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores que trabalham com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem em uma turma do I Período 4º Semestre da Educação de Jovens e Adultos de uma escola municipal no Distrito de Girassol – Cocalzinho de Goiás no turno noturno.

2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer a concepção e a trajetória histórica da inclusão, e como ele está inserido na cidade de Girassol;
- Identificar a partir das concepções dos professores, as principais causas da dificuldade de aprendizagem dos alunos.
- Analisar o conhecimento dos professores sobre os problemas de aprendizagem e a influência dele em sua prática pedagógica.
- Compreender as alternativas desenvolvidas pelos professores perante alunos com dificuldades de aprendizagem.

III- METODOLOGIA

3.1- Fundamentação Teórica da Metodologia

Alguns autores apresentam formulações sobre a pesquisa qualitativa, dentre eles Godoy (1995), destaca as seguintes características básicas: “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental(...) a pesquisa qualitativa é descritiva(...) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador;(...) .

Quanto à natureza da pesquisa será descritiva, pois na visão do autor esse tipo de pesquisa tem como objetivo primordial observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente do mundo humano, sem a interferência do pesquisador. Buscando informações e/ou conhecimento da questão, optou-se por realizar uma pesquisa de campo, que na visão de Gil (2002, p. 53):

O estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio de observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como análise de documentos, filmagens e fotográficas.

Sendo este tipo de pesquisa bastante eficaz pelo fato de investigar a real situação que se pretendeu, optou-se pela aplicação de um questionário aos professores, visto que estes exercem papel fundamental no processo inclusivo de pessoas com necessidades educacionais especiais.

3.2- Contexto da Pesquisa

O presente trabalho foi realizado na Escola Municipal Alto da Boa Vista em uma cidade localizada no estado de Goiás. Esta escola atende uma turma de jovens e adultos maiores de quinze anos de idade, estes geralmente são trabalhadores rurais ou vivem de pequenos serviços temporários e possuem uma classe social bem abaixo da média. Para estes doze alunos são disponibilizados três professores os quais são responsáveis pelo processo pedagógico e o desenvolvimento das atividades nesta turma.

Considerar a pessoa investigada como sujeito e não objeto implica em “compreendê-la como possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir um conhecimento sobre a sua realidade que a torna co-participante do processo da pesquisa”. (Freitas, 2003, p29). Desta forma a situação a ser investigada não é criada artificialmente, mas vai de encontro ao processo de desenvolvimento.

É importante ressaltar que segundo PPP da escola, entende-se por educação inclusiva o processo social, pedagógico, cultural, filosófico, estético e político de ações educativas, pedagógicas e administrativas voltadas para a inclusão, o acesso, a permanência, o sucesso e a terminalidade de todos os alunos na rede de ensino, especialmente àqueles com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. (Art. 1º da RESOLUÇÃO CEE N. 07, de 15 de dezembro de 2006). São considerados alunos com necessidades educacionais especiais, decorrentes de fatores inatos e adquiridos, de caráter temporário ou permanente, aqueles que apresentarem (Art. 4º da RESOLUÇÃO CEE N. 07, de 15 de dezembro de 2006):

I- limitações no processo de desenvolvimento e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem nas atividades curriculares, compreendidas como:

- a- Aquela não vinculada a uma causa orgânica específica;
- b- Aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; e
- c- Aquelas decorrentes a síndromes neurológicas, psiquiátricas e de quadros psicológicos graves.

II- dificuldades de comunicação e sinalização, diferenciadas dos demais alunos, particularmente dos que são acometidos de surdez, de cegueira, de baixa visão, de surdo-cegueira ou de distúrbios acentuados de linguagem e paralisia cerebral, para os quais devem ser adotadas formas diferenciadas de ensino e adaptações curriculares, com a utilização de linguagem e códigos aplicáveis.

III- altas habilidades/superdotação, grande dificuldade de aprendizagem, que os levam a dominar rapidamente as competências constituídas pela articulação de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores.

c- A avaliação deve ser realizada de forma circunstanciada ou diagnóstica devidamente endossada por profissionais de áreas especializadas, circunstanciando os limites e potencialidades do mesmo no contexto escolar, para identificação de suas necessidades educacionais especiais com o objetivo de buscar e propiciar apoio e recursos necessários à aprendizagem (Art. 5º da RESOLUÇÃO CEE N. 07, de 15 de dezembro de 2006):

I- a avaliação para a identificação das necessidades educacionais especiais deve sempre partir das potencialidades do aluno, para depois verificar seus limites e dificuldades;

II- a avaliação deve ser realizada por profissionais de equipe multiprofissional - pedagogo, psicólogo, assistente social e fonoaudiólogo – e na ausência desses, pelo professor de recursos, pelos professores de apoio, com respaldo da equipe técnico-pedagógica;

III- o encaminhamento de alunos para o atendimento educacional especializado em classes especiais ou de recursos ou, ainda, em escolas especiais pode ocorrer, desde que motivado e justificado, como complemento do processo educativo.

d- A certificação especial de conclusão de etapa ou curso de educação básica oferecido ao aluno com necessidades educacionais especiais, no que e como couber, descreverá as habilidades e competências a partir de relatório circunstanciados e plano de desenvolvimento, que constem ainda (Art. 8º da RESOLUÇÃO CEE N. 07, de 15 de dezembro de 2006):

I- avaliação pedagógica alicerçada em programa de desenvolvimento educacional para o aluno;

II- tempo de permanência na etapa ou curso;

III- processos de aprendizagem funcionais, da vida prática e da convivência social;

IV- nível de aprendizado da leitura, escrita e cálculo.

e- O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade de educação básica das redes pública e privada que integram o sistema de ensino (Art. 14º da RESOLUÇÃO CEE N. 07, de 15 de dezembro de 2006).

3.3- Participantes

Os sujeitos que foram envolvidos neste estudo foram três (3) professoras do EJA (1º período 4º semestre), da escola municipal Alto da Boa Vista da rede regular de ensino público, situado em Girassol - GO.

3.4 - Materiais

Para construção dos dados foram utilizados os seguintes materiais:

- Folha em branco;
- Caneta;
- Roteiro para entrevista;
- Observação diária na escola e sala de aula;

3.5- Instrumentos de Construção de Dados

Quanto ao procedimento para a realização da coleta de dados, a referida pesquisa utilizou-se de um questionário contendo questões fechadas e questões abertas. Cerro e Bervian (1996, p. 138 – 139) esclarecem a especificidade dessa forma de se coletar informações citando que:

O questionário é uma forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com maior exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário se refere a um meio de obter respostas às questões por uma forma que o próprio informante preenche. Assim,

qualquer pessoa que preencher um pedido de trabalho teve a experiência de responder a um questionário. Eles contêm um conjunto de questões, todas logicamente relacionadas com o problema central.

Ressalta-se que as perguntas foram elaboradas no intuito de averiguar quais as dificuldades enfrentadas pelos professores para trabalhar com os portadores de necessidades especiais educacionais em sala de aula. Procurou-se também investigar a visão do professor em relação à inclusão.

3.6- Procedimentos de Construção de Dados

A escola em questão foi escolhida por ser uma escola que acompanho indiretamente ao longo de alguns anos. Ao observar a angústia das professoras em proporcionar aulas que atinjam todos os seus alunos e a falta de capacitação em lidar com alunos especiais.

Como já existe um vínculo entre os professores envolvidos na pesquisa, não houve rejeição por parte dos mesmos, desta forma as observações foram agradáveis.

Em relação à entrevista e o questionário, foram realizados individualmente no período da coordenação dos professores para evitar constrangimento em relação aos outros professores.

3.7- Procedimentos de Análise de Dados

A análise foi realizada a partir dos dados levantados no questionário. De acordo com Cervo e Bervian (1996, p. 40): a análise é uma espécie de indução; parte-se do particular, do complexo para o princípio geral e mais simples.

O caráter dos dados coletados teve uma abordagem qualitativa, que segundo Rampazzo (2002, p. 58):

Os dados da pesquisa qualitativa não são coisas isoladas, acontecimentos fixos, captados em um instante de observação. Eles se dão em um contexto fluente de relações. São “fenômenos” que não se restringem as percepções sensíveis e aparentes, mas se

manifestam em uma complexidade de oposições, de revelações e de ocultamentos. Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos.

Considera-se que este tipo de abordagem exige maturidade por parte do pesquisador, visto que este precisa controlar suas opiniões, de forma que estas não interfiram no resultado.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

Classificação de frequência das opiniões colocadas pelos três (03) professores que atuam na sala de aula. As questões são referentes ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

A análise dos dados deu-se a partir dos resultados coletados através dos questionários que foram aplicados individualmente com cada professor.

Em relação à pergunta: Na sua opinião, qual é a maior dificuldade em incluir as pessoas com necessidades especiais no ensino regular? Mediante as respostas da questão percebe-se que a maior dificuldade em incluir as pessoas com necessidades especiais no ensino regular é a falta de capacitação dos professores, a falta de apoio por parte dos órgãos responsáveis pela inclusão e as salas de aulas superlotadas.

No que diz respeito à falta de capacitação dos professores, o art. 18 das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 77) afirma que:

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva.

Portanto, mesmo com a falta de capacitação, cabe ao educador se

conscientizar da importância do seu papel ante a inclusão e que, entretanto, não basta o educador estar consciente desta questão; isto implica a reformulação de políticas educacionais que ofereçam apoio para a implementação do processo inclusivo, para ampliação do ambiente pra acolher os alunos portadores de necessidades educacionais especiais respeitando todos os seus direitos.

Diante destas afirmações, basta esclarecer o fato de que os cursos de formação e capacitação, bem como os serviços de suporte oferecidos aos docentes, atendem as necessidades mínimas necessárias para que os professores possam estruturar com qualidade a própria prática pedagógica.

Quando indagados sobre se a instituição oferece apoio necessário para atender as diferenças necessárias das crianças com necessidades educativas especiais (sala de apoio, material pedagógico, entre outros), construímos a tabela que segue:

Tabela nº 01 – Apoio oferecido pela Instituição

Apoio oferecido pela Instituição	Freqüência
Sim	0
Não	0
Às vezes	3
Total	3

Fonte: Pesquisa de campo

Nesta perspectiva, Mazzotta (2003, p. 184) esclarece que são relativamente poucos os municípios brasileiros que contam, em sua rede de ensino, com recursos educacionais municipais apropriados para a educação dos alunos portadores de deficiência. Segundo o ponto de vista do autor, de um modo ou de outro, a concretização de uma educação de melhor qualidade para tais alunos depende, em grande parte, de seu devido equacionamento nas políticas educacionais.

A Instituição, para construir uma comunidade escolar inclusiva, necessita de apoio. A realização das ações pedagógicas inclusivas requer uma percepção do sistema escolar como um todo unificado. Em vez de estruturas paralelas separadas, como uma para alunos regulares e outra para alunos com necessidades especiais.

Nessa visão, Carvalho (1999, p. 59) cita que:

Na área da Educação Especial, a remoção de barreiras tem sido examinada e revestem-se da maior importância e, apesar dos progressos, ainda há muito o que fazer, no sentido de promover o respeito aos direitos de cidadania e uma aprendizagem significativa para os portadores de necessidades educacionais especiais.

Pode-se afirmar que frente à realidade encontrada, a Instituição não oferece apoio necessário para atender às diferenças necessárias das crianças com necessidades educacionais especiais.

Em relação à pergunta: Os órgãos responsáveis pela aplicação do processo de inclusão têm oferecido apoio suficiente para capacitação dos professores? Na tabela que segue observe os resultados obtidos.

Tabela nº 02 – Capacitação dos professores

Capacitação dos professores	Freqüência
Sim	0
Não	2
Às vezes	1
Total	3

Fonte: Pesquisa de campo

Com base nos resultados da tabela Fonseca (1995, p. 223) afirma que:

Todos os professores “regulares” ou “especiais” deverão ser envolvidos na educação de crianças (deficientes ou não). Devem conhecer de alguma forma as características de comportamento e compreender as suas dificuldades. Todo o professor deve estar capacitado para, na situação de classe regular, atender as necessidades educacionais especiais de qualquer criança.

Nesta perspectiva, percebe-se que a formação e a capacitação dos professores têm de ser alicerçada numa informação coerente, numa experiência prática e numa procura científica, rigorosa e metodologicamente dimensionada. Só dentro destas coordenadas pode nascer à compreensão das práticas educacionais e

a superação dos tradicionais empirismos.

A grande questão vivenciada pelos professores é a distância observada entre a prática e a teoria. Para o professor receber em sua sala portadores de necessidades educativas especiais, é necessário que tenha feito algum curso na área de educação especial ou realizado algum treinamento em serviço. Nesse sentido, vale ressaltar que além das estratégias convencionais, existem programas de educação a distância no intuito de poder atingir, pelos meios de comunicação, os professores que atendem nas diversas áreas da educação, inclusive a especial.

Pode-se afirmar nesta questão que os órgãos responsáveis pela aplicação do processo de inclusão não tem oferecido apoio suficiente para a capacitação dos professores.

Quando indagados sobre: O Projeto Político Pedagógico da escola contempla a diversidade? Obtivemos a seguinte tabela.

Tabela nº 03 – O projeto político pedagógico contempla a diversidade da escola

Variáveis	Freqüência
Sim	1
Não	0
Não sei	2
Total	3

Fonte: Pesquisa de campo

Diante das respostas obtidas, verificou-se que a escola em questão, deve reconhecer a diversidade existente na população escolar. Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais. Por outro lado, não basta apenas reconhecê-la, é necessário que os educadores sejam comprometidos e desenvolvam atitudes de respeito e valorização em relação às diferenças. Para isso, o currículo deve ser focalizado como uma ferramenta básica da escolarização. Espera-se que todos os currículos sejam abertos e flexíveis para se alcançar uma educação para a diversidade.

Quanto aos professores que disseram não ter conhecimento sobre a questão, demonstram certo desinteresse e falta de entrosamento por parte da equipe escolar. Preocupa-se em constatar que ainda há escolas que possui em seu interior educadores que não tomam conhecimento do que propõe o Projeto Político Pedagógico da instituição onde trabalham. Cabe ressaltar que a escola carrega consigo enorme responsabilidade de informar e capacitar todos os envolvidos no processo educacional para esse desafio, o da inclusão educacional.

A educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência do aluno no ambiente escolar; que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades. Nessa perspectiva é que a escola virá a cumprir o seu papel, viabilizando as finalidades da educação.

Em relação à pergunta: você acha que existe algum preconceito na acolhida do aluno portador de necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos pelos outros alunos? Exemplifique.

Mediante as respostas dos professores entrevistados, a maioria respondeu que não existe nenhum preconceito na acolhida do aluno portador de necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos. Relataram ainda que na maioria das atividades especiais é bem aceito pelos colegas, os quais procuram sempre contribuir para o desenvolvimento das atividades propostas.

Constatou-se nesta questão que uma minoria dos professores entrevistados relataram que alguns alunos não acreditam que os portadores de necessidades possam ter um bom desenvolvimento de aprendizagem, isso não influi no relacionamento e na acolhida do portador de necessidades na Educação de Jovens e Adultos

Nesta perspectiva, Goffredo (1999, p. 53) cita que:

A escola é um dos principais espaços sociais do ser humano, durante as primeiras fases de seu desenvolvimento. Ela tem o papel primordial no papel de desenvolvimento da consciência de cidadania e direitos, é na escola que a criança e o adolescente começam a

conviver num coletivo diversificado, fora do contexto familiar.

Pode-se afirmar que o respeito à diversidade, efetivado no respeito às diferenças, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos, simplesmente por serem seres humanos. Suas especificidades não devem ser elemento para a construção de desigualdades, discriminações ou exclusões, mas sim, devem ser norteadoras de políticas afirmativas de respeito à diversidade, voltadas para a construção de contextos sociais inclusivos.

Perguntou-se se acreditavam que as leis e os documentos que garantem o acesso e a permanência da pessoa portadora de necessidades educativas especiais na Educação de Jovens e Adultos, estão sendo respeitados e colocados em prática? Construimos a tabela abaixo.

Tabela nº 04

Variáveis	Freqüência
Às vezes	1
Não	2
Sempre	0
Total	3

Fonte: Pesquisa de campo

Diante desses dados, observou-se que grande parte dos educadores não acredita no cumprimento dessas leis. Acredita-se que este resultado deve-se ao fato de que inserir o aluno na sala de aula como prevê a legislação não significa que ele esteja incluso; é preciso acionar meios que garantem a sua permanência. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001, p. 74), o art. 12 cita que:

Os sistemas de ensino, nos termos da lei 10.098/2000 e da lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo-as

escolas dos recursos humanos e materiais necessárias.

Considerou-se que a inclusão, na perspectiva de um ensino de qualidade, exige da escola novos posicionamentos que implicam esforço de atualização e reestruturação das condições físicas e pedagógicas do ambiente escolar. Dessa forma, não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas esta, consciente da função, coloca-se à disposição do aluno.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as reflexões teóricas e a análise dos resultados obtidos no decorrer deste estudo, obteve-se visão mais ampla e significativa a respeito da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos.

A atual situação em que se encontram os sistemas educacionais revela dificuldades para atender às necessidades especiais dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, principalmente dos que apresentam super dotação, deficiências ou condutas típicas de síndromes, que podem vir a necessitar de apoio para a sua educação. A flexibilidade e a dinamicidade do currículo regular podem não ser suficientes para superar as restrições do sistema educacional ou compensar as limitações reais desses alunos. Desse modo e nas atuais circunstâncias, entende-se que as adequações curriculares fazem-se, ainda necessárias.

A escola como um dos principais espaços sociais do ser humano, tem o papel essencial no desenvolvimento de uma sociedade em que os indivíduos sejam conscientes da cidadania, dos seus direitos e também dos seus deveres. Mas para que isso aconteça, é necessário que se promova com autenticidade à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em turmas regulares, para que assim, eles sejam reconhecidos como pessoas eficientes, capazes, produtivas e aptas a aprender a aprender, independentemente de suas limitações e diferenças.

Diante do processo de inclusão, depois de explorar com a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo percebeu-se que se faz necessária uma mudança geral no meio educacional, começando pela formação dos envolvidos nesse processo, os quais foram citados como uma das dificuldades para trabalhar a inclusão nas turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Acredita-se que a construção de uma educação inclusiva é um desafio constante, com muitas barreiras superadas e outras a serem alcançadas. Pode-se perceber pelos resultados da pesquisa que os professores não se sentem totalmente capacitados para atender eficazmente aos alunos com necessidades educacionais especiais. Desse modo, considera-se que tanto a escola como os professores

precisam rever suas ações. A escola necessita reavaliar a forma como está conduzindo os aperfeiçoamentos oferecidos aos seus docentes, bem como se estão oferecendo os serviços de apoio necessários para que os educadores possam estruturar com qualidade a sua prática educativa.

Nessa perspectiva, cabe a todos os envolvidos no processo educacional, irem de encontro aos desafios da inclusão e não ficar esperando acontecer. Incluir e garantir educação de qualidade são questão de justiça e equidade social e requer para sua consolidação, a concorrência de múltiplos esforços e a participação de todos os segmentos da sociedade de forma que se crie uma consciência social.

Faz-se necessário que todos tenham consciência que, para o processo de inclusão atingir os objetivos esperados é preciso uma mudança de atitudes quanto ao respeito e reconhecimento das diferenças, buscando a participação e implementação efetiva de todos (as Leis Federais, Estaduais e Municipais, os familiares, o meio educacional e a sociedade), e assim ocorrer à verdadeira aceitação das pessoas com necessidades educativas especiais fazendo com que se sintam valorizadas pela sociedade.

Pode-se, então concluir que a escola como espaço inclusivo deve considerar como seu principal desafio o sucesso de todos os seus alunos, fazendo com que as diferenças não sejam vistas como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser vistas como fatores de enriquecimento.

É importante ressaltar que este estudo não encerra o tema estudado. Ao contrário, abre espaço para todos os que estiveram dispostos a conhecer mais sobre a proposta da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. **Professores Reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. – Coleção Questões de nossa Época; 103.
- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29 ed. Atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL, LDB. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.
- CARVALHO, Edler. **Falando da Integração da pessoa deficiente**. São Paulo: Mennon, 1999.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAM, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 1996.
- CURY, Carlos R.J. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Distrito Federal**: Ministério da Educação. 2000.
- FONSECA, Vitor da. **Educação Especial. Programa de Estimulação Precoce**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, Surdez e Educação**. 3 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2002.
- GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénechal de. **A escola como espaço inclusivo. 1N: Salto para o futuro: Educação especial: Tendências atuais**. Brasília, DF: MEC/SEED, 1999.
- MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2003.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e formação docente**. In: Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia Científica: Para alunos dos cursos de graduação e pós graduação**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia Para eficiência nos estudos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

APÊNDICES

Questionário de Pesquisa

Prezado Professor,

O questionário abaixo foi elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso de Daylane de Jesus Rodrigues para obtenção de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar UAB/UNB . Trata-se de um estudo científico, não é necessário identificar-se. As informações solicitadas são de caráter confidencial e só serão divulgadas no meio acadêmico. O objetivo é levantar informações referentes à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal Alto da Boa Vista, no Estado de Goiás

A sua contribuição é de fundamental importância para se conhecer melhor este assunto. Agradeço pela sua colaboração.

Questionário

1. Em sua opinião, qual é a maior dificuldade em incluir as pessoas com necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos?

- () Falta de capacitação dos professores
- () Sala superlotadas e falta de material didático
- () Falta de apoio a família.

2. A instituição oferece apoio necessário para atender as diferenças necessárias das crianças com necessidades educativas especiais (sala de apoio, material pedagógico, entre outros).

- | | |
|--------------|---------------------|
| () sim | () não |
| () as vezes | () não há recursos |

3. Os órgãos responsáveis pela aplicação do processo de inclusão tem oferecido apoio suficiente para capacitação dos professores?

sim

às vezes

mais ou menos

não

4. O Projeto Político Pedagógico da escola contempla a diversidade?

sim

não

não sei

5. Você acha que existe algum preconceito na acolhida do aluno portador de necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos pelos outros alunos? Exemplifique.

sim

às vezes

não

6. Você acredita que as leis e os documentos que garantem o acesso e a permanência da pessoa portadora de necessidades educativas especiais na Educação de Jovens e Adultos, estão sendo respeitados e colocados em prática?

sempre

às vezes

não